



João Pedro Araújo mostra um exemplar do DIÁRIO de 5 de Maio de 2001, onde a fábrica das 'Águas do Pt.º Santo' faz a manchete.

acabou por ser um duro golpe nas finanças, uma vez que, tal como já referido, era uma ajuda fundamental para as Águas do Porto Santo.

A empresa recorreu ao tribunal e a todas as instâncias judiciais nacionais, mas a decisão foi desfavorável. A 'Águas do Porto Santo' ainda levou o processo ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, mas a resposta foi curta. Tal não poderia acontecer por terem sido ultrapassados os prazos legais, pois já corria o ano de 2009. Estava terminado o processo relativo à Empresa de Cervejas e sem direito a uma justa indemnização.

Mais tarde, quando se deu a privatização da quota, o Governo Regional optou por dar prioridade na aquisição da sua parte a quem já detinha quotas na mesma empresa. Mais uma vez, os Tavares e os Araújo ficaram de fora.

Processo leva a encerramento

Apesar desta perda, os sócios mantinham-se empenhados na revitalização das Águas do Porto Santo, que pela aceitação que tinha, mostrava ter todos os motivos para crescer. Mas um dia, em Agosto de 1995, um telefonema de um jornalista do DIÁRIO para o gerente da empresa questionava-o sobre problemas na qualidade da água, algo que poderia dar aso a um processo. Isto é, a água não estaria apta para consumo, pelo que a Direcção Regional de Saúde

deveria intervir. Alarmados pelo assunto, decidiram parar a produção. "Fomos os primeiros a dar ordens para que se parasse a produção e comercialização da água, até que se percebesse exactamente aquilo que estaria a acontecer", explica João Pedro Araújo.

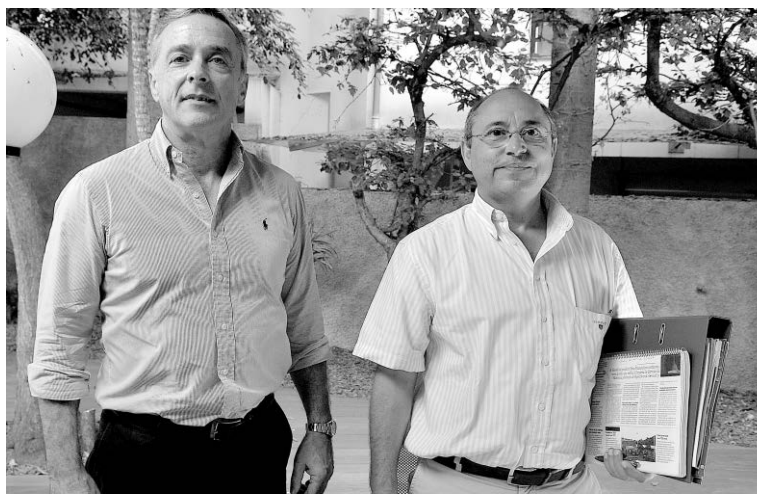
Já em Outubro de 1995, eis que o juiz determina o fecho da mesma, bem como que esta fosse selada. Assim, estava proibida qualquer actividade no espaço, bem como a comercialização da água. Deu-se então início a um processo-crime, contra as Águas do Porto Santo, que, segundo João Pedro Araújo, esteve em segredo de justiça até Janeiro de 2000. "Durante esse tempo não tivemos qualquer acesso ao processo e, por isso, não sabíamos sobre o que nos estavam a acusar", explica.

O gerente executivo da empresa sentou-se no banco dos réus e esteve a ser julgado, com o Ministério Público a pedir que a empresa fosse condenada por produção de uma água que não estava apta para consumo. "Chamámos os melhores especialistas, vindos do continente, para nos ajudarem no processo. Esses mesmos especialistas demonstraram que a água não tinha qualquer problema e que as incongruências nas provas se deveriam, muito provavelmente, a falhas no processo de recolha de amostragens para análise", disse Luís Tavares. No fundo,

GERENTES GARANTEM QUE, POR SUA VONTADE, O EDIFÍCIO NÃO ESTARIA ENCERRADO

em nenhuma prova levada a tribunal constava uma garrafa que não tivesse qualidade para ser consumida. As amostras apresentadas inseriam-se na cadeia de produção, mas não tinham interferência no produto final, o que levou a crer que se tratou de falhas na recolha da amostra.

Os dois primos concordam que o processo foi conduzido "inexplicavelmente sem cuidado". Segundo os mesmos, mesmo em tribunal, um dos técnicos do Ministério Público afirmou que "[as análises], por lapso, foram consideradas impróprias". Com os argumentos desmontados, o processo acabou por ser arquivado, com a empresa Águas do Porto Santo a ser absolvida, com o próprio Ministério Público a pedir a absolvição, quando já corria o mês de Julho de 2000. Em suma, acreditam que, antes de qualquer processo, eram necessárias análises para comprovar as suspeitas, ao invés de partir para tribunal sem provas.



Luís Tavares e João Pedro Araújo são dois gerentes da empresa. FOTO ASPRESS

Com uma fábrica fechada, que com o passar dos anos se degradou e a imagem da empresa "manchada", os actuais proprietários decidiram, em 2001, mover uma acção de responsabilização civil contra o Estado Português, com o intuito de serem ressarcidos por todo o investimento que perderam.

Além disso, durante todo o tempo, mantiveram em dia os ordenados dos 12 funcionários da empresa. À medida que os contratos foram terminando, os funcionários foram saindo. Em 2002 chegaram a um acordo com os três últimos funcionários que mantinham o emprego, pois perceberam que este impasse iria demorar a ser resolvido.

Empresa continua a existir

Apesar deste 'impasse' judicial, os actuais donos da Águas do Porto Santo estão a tentar criar um plano para dar nova vida à empresa. A resolução destes processos em tribunal está a levar anos e com eles foi-se também o dinheiro da empresa.

Quando foi obrigada a encerrar, a Casa das Águas e os seus respectivos armazéns tinham 12 pessoas a trabalhar, cujos salários tiveram que ser assegurados. As custas judiciais também fizeram com que a empresa tivesse de se desfazer de alguns bens.

Por outro lado, os proprietários querem pensar no futuro e tentar levantar a cabeça, embora a empresa tenha "o nome manchado" por um processo em que se veio a provar que não tinha culpa. Ainda esta semana, João Pedro Araújo tenciona concluir a adjudicação a uma empresa especializada de um projecto para avaliação dos terrenos da empresa 'Águas do Porto Santo'. "No fundo pretendemos um levantamento daquilo que existe e o seu enquadramento no PDM do Porto Santo. Este é um dos passos necessários para que se possa perceber de que forma podem ser rentabilizados os terrenos e edifícios que pertencem à empresa", explica.

Quando questionados sobre a possibilidade da Casa das Águas tornar a laborar, João Pedro Araújo e Luís Tavares mostraram-se algo reticentes com esta solução, uma vez que esta acarreta milhares de euros de investimento e a entrada no mercado de um produto que ficou associado, erradamente, a uma má imagem.

Desde logo, surge a necessidade de adquirir maquinaria toda nova, pois com anos sem laborar, é impossível recuperar a existente. Por outro lado, com o desenvolvimento do Porto Santo e um maior índice de construção, torna-se imperativo realizar um estudo para aferir se a água que se encontra nas nascentes mantém as suas propriedades.

Fica, desta forma, dificultado todo o trabalho de recuperação de uma empresa centenária, que marcou uma ilha e que ainda deixa saudades junto de porto-santenses e madeirenses.